

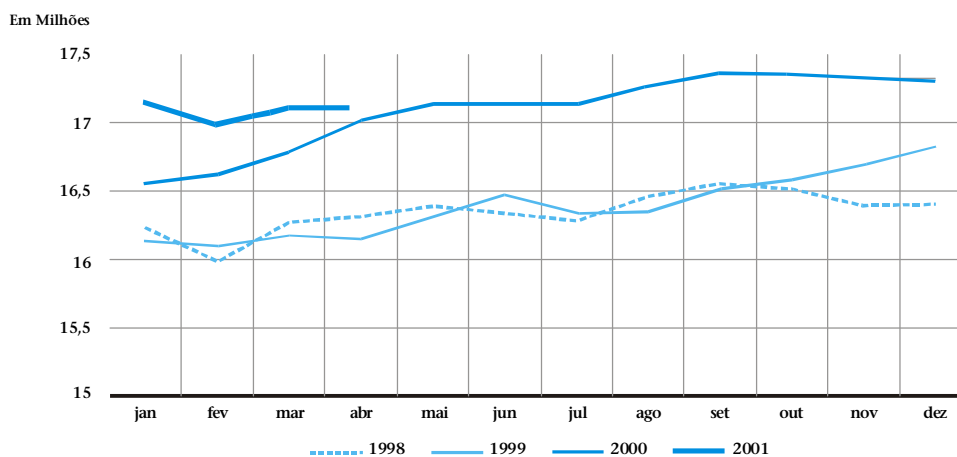
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Mercado de trabalho

No início do ano, até a eclosão da presente crise energética e o ressurgimento de turbulências na área externa, as expectativas quanto à evolução do mercado de trabalho em 2001 eram bastante positivas. Isso se devia, em primeiro lugar, ao desempenho previsto para o nível da atividade econômica, mas também à dinâmica do próprio mercado de trabalho, tendo em vista o que vinha ocorrendo desde meados de 1999, principalmente no que diz respeito ao nível de ocupação. Nesse sentido, embora não fosse esperada a manutenção do forte ritmo verificado em 2000, uma vez que o mesmo tinha como referência uma base bastante deprimida (o que não mais aconteceria), a taxa de crescimento seria, ainda assim, de molde a garantir o prosseguimento da recuperação do processo de criação de postos de trabalho, o qual havia ficado praticamente estagnado no período 1996/98.

Com efeito, os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, relativos ao mercado de trabalho das seis maiores regiões metropolitanas, mostram que a ocupação média no primeiro quadrimestre situou-se em um nível cerca de 2% superior ao de idêntico período de 2000, crescimento este suficiente para a absorção dos novos contingentes demográficos que chegam ao mercado de trabalho, na hipótese de uma taxa de participação constante. Contudo, numa observação mais atenta da evolução mensal dessa variável, percebe-se uma desaceleração da taxa de variação de 12 meses, tendo sido atingido em abril um patamar apenas 0,5% maior do que o alcançado no mesmo mês do ano passado. Certamente que ainda é cedo para se tomar esses resultados como manifestação de uma tendência de reversão do quadro de crescimento da ocupação, até então a característica mais saliente dos últimos

GRÁFICO 1
BRASIL - NÍVEL DE OCUPAÇÃO METROPOLITANO — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

20 meses. Não obstante, a conjunção de um tal padrão evolutivo com as incertezas do cenário econômico coloca em suspenso o teor otimista das expectativas formuladas no início do ano.

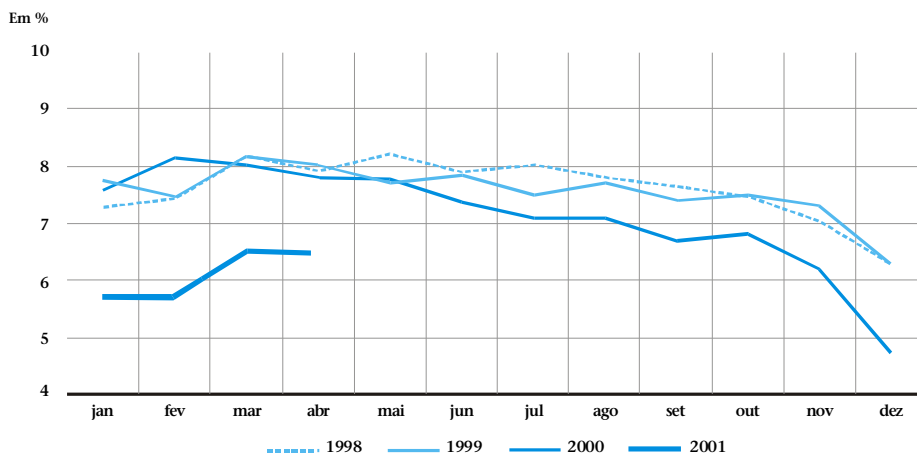
Por outro lado, as desagregações setorial e regional dos dados referentes à ocupação, ainda que não alterando o quadro anteriormente delineado, apontam alguns pontos merecedores de atenção. Em termos dos principais setores, a redução do ritmo é mais acentuada na construção civil (-5,8%), comércio (-1,2%) e indústria (+0,2%), com os serviços mantendo, em abril, uma variação positiva expressiva (+2%). Regionalmente, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre a ocupação situou-se cerca de 1,7% acima da observada em abril do ano passado, com São Paulo, Belo Horizonte e Salvador apresentando, praticamente, uma situação de estagnação, enquanto Recife destaca-se negativamente, com uma redução da ordem de 2,6%. No quadro paulista, mesmo levando-se em conta os resultados agregados, merece menção a relativa manutenção do dinamismo do emprego do setor industrial, cujo nível foi cerca de 1,9% maior que o de 12 meses antes.

Se não há uma perspectiva nítida para a ocupação nos próximos meses, o panorama da taxa de desemprego, ao envolver também o comportamento da oferta de trabalho, apresenta-se ainda mais indefinido. Até agora, os movimentos da demanda por mão-de-obra, anteriormente relatados, foram acompanhados, nesse início de ano, por uma li-

geira elevação da oferta (+0,5% em abril, quando comparada com dezembro), sendo que o resultado conjunto dessas duas forças sobre a taxa de desemprego foi o de elevá-la cerca de 1,7 ponto percentual nos primeiros quatro meses: partiu-se de 4,8% (em dezembro) e alcançou-se a taxa de 6,5%, observada tanto em março quanto em abril.

A oferta de trabalho vem acompanhando, *grosso modo*, as oscilações observadas na demanda: se cresce o nível de ocupação, a maior atratividade do mercado leva a um aumento da oferta e, inversamente, quando a demanda se retrai, há um arrefecimento da procura por emprego, sobretudo nas faixas etárias mais baixas. Se esse paralelismo se mantiver, não é de se esperar uma elevação repentina da taxa de desemprego, caso a demanda venha a sofrer algum impacto negativo decorrente de uma eventual deterioração do cenário econômico. Assim, com a definição do cenário numa ou noutra direção, a evolução correspondente da taxa de desemprego em 2001 deverá, em princípio, ser gradual, a exemplo da maneira como se processou a sua queda ao longo do ano passado. Contudo, na hipótese pessimista, como a taxa de participação está em um nível muito baixo, não está descartado um movimento mais rápido, a exemplo do que ocorreu em janeiro de 1998, quando, fato raro, simultaneamente a uma queda de 1,2% na ocupação, a PEA cresceu 1,4%, o que representou, em um único mês, um aumento de 53% no número de pessoas desempregadas.

GRÁFICO 2
BRASIL - TAXA DE DESEMPREGO METROPOLITANO — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

Do ponto de vista regional, os movimentos sazonais de elevação da taxa de desemprego variaram de um mínimo de 0,6 ponto percentual, verificado em Porto Alegre, a um máximo de 2,8 pontos, observados em Recife. Em Porto Alegre esse resultado deveu-se basicamente ao fato de ter havido um ligeiro crescimento da ocupação em abril em relação à verificada em dezembro, sem que houvesse, também, um aumento mais expressivo da outra parcela da PEA, isto é, do número de pessoas procurando emprego. Já em Recife houve uma queda na ocupação, acompanhada de um aumento expressivo do número de desempregados.

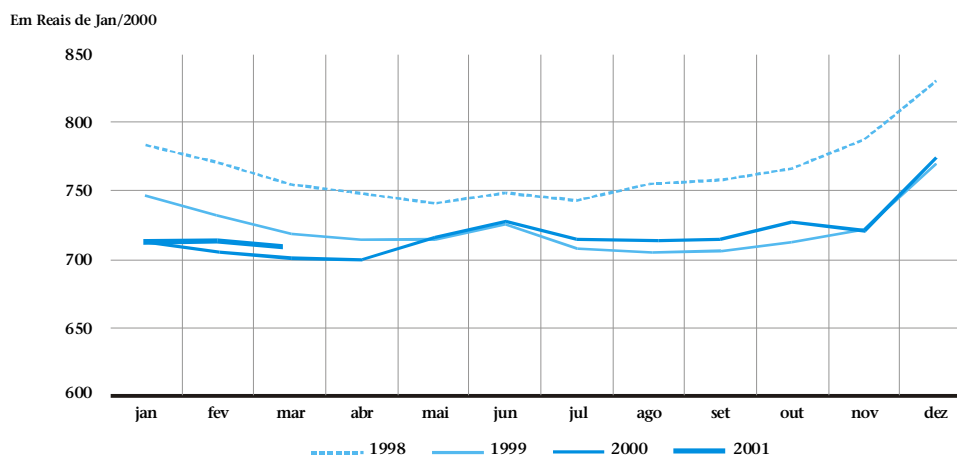
No que se refere ao comportamento dos rendimentos reais médios, o início do ano não trouxe novidades (ver Gráfico 3), mantendo-se praticamente os mesmos níveis e o mesmo comportamento de 2000, que foi, por sua vez, uma repetição do ocorrido em 1999, quando houve uma queda da ordem de 5% na média anual, em relação ao verificado em 1998. Com isso o crescimento da massa salarial continuou a ser função exclusiva da variação da ocupação. A possibilidade de alteração desse quadro repousa no dinamismo esperado para o nível de atividade em 2001, na hipótese de que dois anos sucessivos de crescimento do PIB, na casa de 4%, teriam que repercutir positivamente nos rendimentos reais, haja vista a relativa estabilidade monetária. A alteração recente do quadro macroeconômico, contudo, coloca em suspenso esse tipo de expectativa, sendo necessário aguardar uma definição melhor do

cenário para que se possa reavaliar as possibilidades reais de melhoria desse indicador.

Se a trajetória dos rendimentos reais médios vem sendo um aspecto que deixa a desejar, na atual retomada do dinamismo do mercado de trabalho, a reversão — que se encontra em andamento — do quadro de informalidade dos vínculos trabalhistas é hoje o fenômeno que, depois da recuperação dos níveis de ocupação, está sendo considerado como o mais relevante e digno de atenção. Com efeito, a evolução desse quadro ao longo da década passada foi bastante negativa, levando mesmo à idéia de que esse seria o principal problema do mercado de trabalho, uma vez que o nível em que se situava a taxa de desemprego aberto (da ordem de 5%, até o final de 1997) não era tido como elevado. Considerando-se como taxa de informalidade a relação, por um lado, entre o número de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria e, por outro, o total dos ocupados, esse indicador, segundo a PME, mostrou uma tendência contínua de crescimento, com a sua média anual passando de 40,9% em 1991 para 50,9% em 2000 (ver as Tabelas A.9.1 e A.9.2, no Anexo Estatístico), ou seja, um aumento de 10 pontos percentuais, um ponto para cada ano!

Com a retomada recente da ocupação, a partir de meados de 1999, o que se viu foi uma exacerbação desse processo, tendo sido atingida em agosto de 2000 a marca de 79% (!) de vínculos informais, no conjunto dos postos de trabalho criados nos 12 meses pre-

GRÁFICO 3
BRASIL - RENDA REAL MÉDIA METROPOLITANA — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

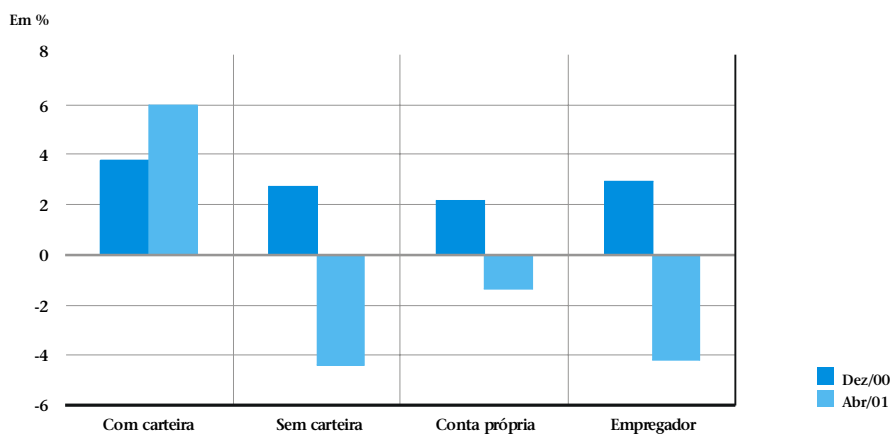
cedentes. A partir daí, contudo, assistiu-se a uma extraordinária reversão do fenômeno, passando a haver um crescimento consistente dos vínculos formais, em detrimento, principalmente, dos empregos sem carteira assinada. A força com que ocorreu esse movimento foi de tal ordem que a taxa de crescimento dos postos com carteira (3,8%) superou, em dezembro, a verificada nos empregos sem carteira assinada (2,8%) e a dos postos de trabalho por conta própria (2,2%).

Além da importância intrínseca dessa melhoria da qualidade dos novos vínculos, uma tal evolução traz algumas reflexões merecedoras de atenção. De fato, na esteira da deterioração da natureza das relações de trabalho ocorrida na década de 90 (com todas as conseqüências negativas que daí advêm), um grande número de análises e de propostas de superação passou a enfatizar os custos de contratação e a existência de incentivos adversos, presentes nos mecanismos de proteção ao trabalhador, como os principais fatores explicativos do problema. A realidade, contudo, está trazendo uma nova possibilidade para o entendimento do fenômeno, já que uma possível explicação para a trajetória recente, além do dinamismo industrial (que tem um padrão de contratação formal mais pronunciado que o comércio e os serviços), aponta para o papel das expectativas empresariais, no que se refere às perspectivas de crescimento sustentado da economia. Nesses termos, teria havido, a partir do último quadrimestre do ano passado, um

amadurecimento dessas expectativas, no sentido de o crescimento econômico em curso passar a ser visto como um processo com garantias de sustentabilidade suficientes para levar os empresários à substituição de vínculos precários, temporários, por outros, formais e permanentes.

Quanto à natureza das relações de trabalho, esses bons resultados geraram, portanto, da mesma forma que no caso do nível de ocupação, uma grande expectativa sobre a capacidade de o mercado de trabalho manter, e mesmo aprofundar, em 2001, as conquistas alcançadas no ano passado. Nesse sentido, se fosse possível abstrair os possíveis efeitos negativos da crise energética, em particular aqueles que seriam sentidos pelo setor industrial, os números dos primeiros quatro meses de 2001 seriam de molde a deixar intactas as possibilidades de continuidade desse processo, uma vez que a taxa de crescimento anual dos empregos com carteira atingiu 6% em abril (recorde-se que em dezembro esse número havia sido de 3,8%), os vínculos sem carteira diminuíram 4,4%, enquanto os postos de trabalho por conta própria caíram 1,3%. Também os dados do CAGED (ver Tabelas A.3.1 e A.3.2 do Anexo Estatístico) revelam que o número de vínculos formais encontra-se em franca expansão: segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o crescimento das contratações com carteira assinada em abril, sobre igual período do ano passado, foi de 11,9%, sendo de 6,8% a média do primeiro quadrimestre.

GRÁFICO 4
BRASIL - TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO METROPOLITANA



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.